



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos

Simara Silva Souza

**ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA
ESTADUAL PASTOR PAULO NOBRE NASCIMENTO: ABORDAGEM DOS
DIREITOS HUMANOS E PREVENÇÃO AO BULLYING**

**Diamantina
2024**

Simara Silva Souza

**ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA
ESTADUAL PASTOR PAULO NOBRE NASCIMENTO: ABORDAGEM DOS
DIREITOS HUMANOS E PREVENÇÃO AO BULLYING**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Educação em
Direitos Humanos da Universidade Federal dos Vales
do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para
obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Cesar Machado

**Diamantina
2024**

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

S729a Souza, Simara Silva
2024 ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA
ESTADUAL PASTOR PAULO NOBRE NASCIMENTO: ABORDAGEM DOS
DIREITOS HUMANOS E PREVENÇÃO AO BULLYING [manuscrito] /
Simara Silva Souza. -- Diamantina, 2024.
28 p.

Orientador: Prof. Júlio Cesar Machado.

Monografia (Especialização em Educação em Direitos
Humanos) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri, Curso de Especialização em Educação em Direitos
Humanos, Diamantina, 2024.

1. Educação em Direitos Humanos. 2. Projeto Político-
Pedagógico. 3. Bullying. 4. Escola. 5. Educação. I. Machado,
Júlio Cesar . II. Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFMG com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Este produto é resultado do trabalho conjunto entre o bibliotecário Rodrigo Martins Cruz/CRB6-
2886
e a equipe do setor Portal/Diretoria de Comunicação Social da UFMG

Simara Silva Souza

**ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA
ESTADUAL PASTOR PAULO NOBRE NASCIMENTO: ABORDAGEM
DOS DIREITOS HUMANOS E PREVENÇÃO AO BULLYING**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos exigidos para a obtenção título de Especialista em Educação em Direitos Humanos, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Orientador(a): Dr. Julio Cesar Machado

Data de aprovação 12/12/2024

Documento assinado digitalmente
 **JULIO CESAR MACHADO**
Data: 13/12/2024 09:24:14-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Julio Cesar Machado

Departamento de Letras e Linguística / Campus de Passos / UEMG – orientador

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Documento assinado digitalmente
 **ALINE MARTINS COSTA**
Data: 17/12/2024 10:51:37-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profª. Ms. Aline Martins Costa

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação / FPCEUP

Universidade do Porto, Portugal

Assinado por:

3192917235D04BB...

Profa Ms. Kele Rejane Lima

Departamento de Literatura Comparada

Universidade de Évora, Portugal

Diamantina

Dedicatória.

Dedico esta monografia com todo o carinho, para às crianças que sofrem com o bullying. Que cada um de vocês saiba que a dor de hoje não define quem vocês são. Mesmo nos momentos mais difíceis, lembrem-se da força que existe dentro de cada um de vocês. Vocês merecem respeito, amor e amizade, e o mundo é um lugar melhor quando todos têm a chance de brilhar. Sigam em frente com coragem, porque a beleza de quem vocês são está muito além do que os outros possam dizer.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pois sem ele não seria possível à realização deste sonho, ele esteve comigo nos momentos mais difíceis e não me deixou desistir diante das dificuldades.

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) que me proporcionou esta oportunidade. Meu Muito obrigada! Ao meu orientador, Júlio Cesar Machado, pelo apoio e paciência na elaboração deste trabalho, foi muito bom contar com seu profissionalismo para o sucesso do mesmo.

Aos meus pais, e meus irmãos, que sempre acreditaram na minha capacidade me encorajando a enfrentar minhas dificuldades, me dando todo amor e carinho.

A todos os professores que ao longo do curso passaram pela turma, deixando muito conhecimento para todos, guardarei por toda a minha vida.

Agradeço a todos os que colaboraram direto ou indiretamente para elaboração desta pesquisa.

Epígrafe

*"A verdadeira coragem está em ser quem você é, não importa o
que os outros digam."*
– Ralph Waldo Emerson.

RESUMO

A Educação em Direitos Humanos (EDH) é uma abordagem fundamental para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, sendo cada vez mais incorporada aos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas. Este trabalho propõe analisar a integração da EDH no PPP da Escola Estadual Pastor Paulo Nobre Nascimento, localizada em Nanuque, Minas Gerais, e investigar como as práticas pedagógicas da escola promovem a cidadania, a inclusão e a prevenção à violência, com ênfase no bullying. A Escola Estadual Pastor Paulo Nobre Nascimento, fundada em 1987, atende alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, e é reconhecida pela implementação de projetos pedagógicos inovadores, como as oficinas de rádio, visitas a espaços culturais e ações de valorização da diversidade. Em 2021, foi premiada com o Prêmio Escola Transformação, o que possibilitou a ampliação de suas práticas pedagógicas e a melhoria da infraestrutura. A escola enfrenta desafios como evasão escolar, distorção idade série, e falta de recursos adequados, mas busca integrar a comunidade escolar e promover uma educação de qualidade, baseada na inclusão e no respeito aos direitos humanos. O PPP da escola incorpora princípios de direitos humanos e valores como respeito, justiça, solidariedade e cultura de paz, estabelecendo normas de convivência democrática e práticas de acolhimento. A escola adota estratégias de prevenção ao bullying e de fortalecimento das habilidades socioemocionais dos alunos, como empatia, autocuidado e comunicação. Além disso, o PPP busca garantir a gestão democrática, envolvendo pais, alunos e comunidade nas decisões escolares e fortalecendo a integração da escola com seu contexto social e cultural. Apesar de seus avanços, o PPP enfrenta limitações, especialmente no que se refere à falta de recursos financeiros e estruturais, à ausência de mecanismos específicos de avaliação das ações de EDH e bullying, e à necessidade de capacitação contínua dos professores. A escola também poderia expandir suas parcerias externas, com universidades e ONGs, para enriquecer suas práticas pedagógicas e proporcionar uma educação mais ampla e diversificada. Este estudo visa contribuir para a compreensão de como a EDH pode ser implementada de forma eficaz nos PPPs escolares, promovendo ambientes de aprendizado inclusivos, respeitosos e democráticos, que favoreçam o desenvolvimento integral dos alunos e sua preparação para a cidadania ativa.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Projeto Político-Pedagógico e Bullying.

ABSTRACT

Human Rights Education (HRE) is a fundamental approach for the formation of conscious and responsible citizens, and is increasingly incorporated into schools' Political-Pedagogical Projects (PPP). This paper aims to analyze the integration of HRE into the PPP of Escola Estadual Pastor Paulo Nobre Nascimento, located in Nanuque, Minas Gerais, and to investigate how the school's pedagogical practices promote citizenship, inclusion, and violence prevention, with an emphasis on bullying. Escola Estadual Pastor Paulo Nobre Nascimento, founded in 1987, serves students from 1st to 9th grade of Elementary School, and is recognized for implementing innovative pedagogical projects, such as radio workshops, visits to cultural spaces, and actions to value diversity. In 2021, it was awarded the Escola Transformação Award, which enabled the expansion of its pedagogical practices and the improvement of its infrastructure. The school faces challenges such as school dropout, age-grade distortion, and lack of adequate resources, but seeks to integrate the school community and promote quality education based on inclusion and respect for human rights. The school's PPP incorporates human rights principles and values such as respect, justice, solidarity, and a culture of peace, establishing norms for democratic coexistence and welcoming practices. The school adopts strategies to prevent bullying and strengthen students' socio-emotional skills, such as empathy, self-care, and communication. In addition, the PPP seeks to ensure democratic management, involving parents, students, and the community in school decisions and strengthening the school's integration with its social and cultural context. Despite its advances, the PPP faces limitations, especially with regard to the lack of financial and structural resources, the absence of specific mechanisms for evaluating HRE and bullying actions, and the need for ongoing teacher training. The school could also expand its external partnerships with universities and NGOs to enrich its pedagogical practices and provide a broader and more diverse education. This study aims to contribute to the understanding of how HRE can be effectively implemented in school PPPs, promoting inclusive, respectful and democratic learning environments that favor the integral development of students and their preparation for active citizenship.

Keywords: Human Rights Education; Political-Pedagogical Project and Bullying.

LISTA DE SIGLAS

EDH: Educação em Direitos Humanos

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP: Projeto Político-Pedagógico

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

CF: Constituição Federal

Art.: Artigo

PNE: Plano Nacional de Educação

AEE: Atendimento Educacional Especializado

CEP: Código de Endereçamento Postal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	15
2.1 A Educação como Direito Fundamental no Brasil.....	15
2.2 Projeto Político Pedagógico PPP.....	16
2.3 Conceitos e importância do PPP na Educação.....	17
2.4 PPP como ferramenta para a promoção dos direitos humanos e cidadania.....	17
2.5 Educação em Direitos Humanos.....	18
3 BULLYING NO CONTEXTO ESCOLAR	19
4 CONSEQUÊNCIAS DO BULLYING PARA A SAÚDE MENTAL E O DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ALUNOS.....	20
5 A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO AO BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR.....	21
6 BULLYING E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	22
7 ANÁLISES.....	23
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

A Educação em Direitos Humanos (EDH) é uma abordagem educacional fundamental que busca promover a compreensão e o respeito pelos direitos fundamentais de todos os indivíduos. Este conceito tem suas raízes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, como resposta às atrocidades da Segunda Guerra Mundial (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948). A Declaração estabeleceu um conjunto de direitos inalienáveis que devem ser garantidos a todas as pessoas, independentemente de sua origem, raça, religião ou status social.

No Brasil, a importância da EDH na educação formal foi formalizada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que, embora não estabeleça a educação em direitos humanos como uma disciplina específica, a contempla como um princípio transversal a ser integrado ao currículo escolar (BRASIL, 1996). Adicionalmente, a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, exemplifica a integração dos direitos humanos nas práticas educacionais, reforçando a necessidade de uma abordagem inclusiva e equitativa (BRASIL, 2003).

A EDH desempenha um papel crucial na formação de uma sociedade justa e igualitária. Ela não apenas promove a compreensão e o respeito pelos direitos fundamentais de todas as pessoas, mas também empodera os indivíduos para que se tornem agentes de mudança em suas comunidades. Ao integrar os princípios dos direitos humanos nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas, a educação contribui para a construção de uma cultura de respeito e solidariedade, reduzindo preconceitos e promovendo a justiça social. Além disso, ela prepara os alunos para enfrentar e questionar injustiças, estimulando um engajamento ativo na defesa dos direitos humanos e na promoção de um mundo mais inclusivo e equitativo.

A educação em direitos humanos é fundamental para a resolução de conflitos nas escolas, pois promove uma abordagem pacífica e construtiva para lidar com desentendimentos e disputas. De acordo com (SILVA, 2010), a educação em direitos humanos ajuda a criar um ambiente escolar onde o respeito mútuo e a compreensão são priorizados, reduzindo a incidência de conflitos e violência. Além disso, ela oferece aos alunos ferramentas e habilidades para resolver disputas de maneira não violenta e para se engajar em diálogos produtivos, como evidenciado por (SANTOS, 2012), que destaca a importância da educação em direitos humanos na formação de habilidades de resolução de conflitos e empatia entre os estudantes.

A inclusão de princípios de direitos humanos nas práticas pedagógicas permite que os alunos aprendam a identificar e questionar desigualdades e injustiças de maneira construtiva, promovendo uma cultura de paz e cooperação. Segundo a UNESCO (2011), programas educacionais que incorporam a educação em direitos humanos podem transformar o clima escolar, reduzir a violência e criar um ambiente mais inclusivo e respeitoso para todos.

A educação em direitos humanos não é uma disciplina isolada nas escolas, mas um conjunto de princípios a serem incorporados transversalmente no currículo existente (LIMA, 2010). Isso significa que, em vez de ser ensinada como uma matéria separada, a EDH deve permear todas as áreas do conhecimento, permitindo que os alunos abordem questões de justiça, igualdade e respeito em diversos contextos. Essa abordagem transversal é essencial para que os princípios dos direitos humanos sejam vivenciados e praticados no dia a dia escolar.

O impacto da educação em direitos humanos é significativo para a formação de cidadãos conscientes e engajados. Ao promover uma cultura de respeito e empatia, a EDH contribui para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e harmonioso. Além disso, desempenha um papel importante na prevenção e resolução de conflitos, ajudando os alunos a desenvolver habilidades de resolução pacífica de problemas e a reconhecer e combater a discriminação e a injustiça (FREIRE, 1974).

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento essencial que reflete a visão e os valores de uma instituição de ensino e orienta suas práticas pedagógicas, administrativas e de gestão. A integração da EDH nos PPPs é crucial para garantir que os alunos desenvolvam uma compreensão crítica dos direitos e responsabilidades que moldam uma sociedade justa e democrática (FREIRE, 1974). O PPP deve considerar a EDH como um princípio orientador, estabelecendo diretrizes para a formação de professores, planejamento curricular e ambiente escolar, promovendo uma cultura de respeito e empatia.

As escolas, portanto, enfrentam o grande desafio de criar ambientes seguros e inclusivos que atendam às demandas de uma sociedade cada vez mais complexa e interconectada. O fenômeno do bullying, uma prática que afeta profundamente a saúde mental, o bem-estar e o desempenho acadêmico dos estudantes, tem se tornado uma preocupação crescente. Esta prática de violência psicológica e, muitas vezes, física interfere negativamente no processo de aprendizagem e na convivência escolar. Diante disso, a educação em direitos humanos emerge como uma abordagem fundamental para fomentar valores de cidadania, respeito, tolerância e convivência pacífica, promovendo uma cultura de paz e a conscientização de direitos e deveres entre os estudantes (ABRAMOVAY & RUA, 2002; UNESCO, 2015).

A Escola Estadual Pastor Paulo Nobre Nascimento, localizada em Nanuque, Minas Gerais, é um exemplo de instituição que desempenha um papel significativo na formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Como parte de sua estrutura educacional, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola funciona como um documento estratégico, norteador das práticas pedagógicas e as diretrizes institucionais. O PPP é mais do que um simples planejamento educacional ele reflete o compromisso da escola com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e com a preparação de seus alunos para se tornarem cidadãos atuantes, éticos e respeitosos (LIBÂNEO, 2002; VEIGA, 2008).

Entretanto, para que esse compromisso seja plenamente alcançado, é essencial avaliar como o PPP incorpora conceitos e estratégias de educação em direitos humanos, especialmente no que tange à prevenção do bullying. Assim, o presente trabalho se propõe a realizar uma análise aprofundada do PPP da Escola Estadual Pastor Paulo Nobre Nascimento, com foco na abordagem de direitos humanos e na prevenção ao bullying. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a abordagem da educação em direitos humanos no PPP da escola Pastor Paulo Nobre Nascimento, verificando como esse documento promove a cidadania, a inclusão e a prevenção de discriminação e violência, visando contribuir para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Os objetivos específicos são:

- Identificar os conceitos de direitos humanos presentes no PPP;
- Avaliar as estratégias pedagógicas utilizadas para promover a educação em direitos humanos entre os alunos;
- Analisar de que maneira o PPP aborda a prevenção ao bullying e como essa abordagem contribui para a construção de um ambiente escolar seguro e inclusivo (PARO, 2016; TIBA, 2010).

Por meio dessa análise, busca-se compreender o papel do PPP na criação de uma cultura escolar que valorize o respeito, a diversidade e a cidadania, promovendo um espaço onde os estudantes possam desenvolver-se plenamente em todas as suas dimensões. Além disso, pretende-se verificar se o PPP contempla medidas práticas e efetivas de prevenção ao bullying, contribuindo, assim, para uma educação que priorize o bem-estar e a dignidade dos alunos, preparando-os para serem cidadãos ativos e conscientes na sociedade (FREIRE, 1996; SILVA, 2015).

O presente estudo, constituiu-se de uma análise bibliográfica com a finalidade de compreender o PPP e sua relação com a EDH. A pesquisa bibliográfica envolve um levantamento bibliográfico, o qual será feito em diversas fontes, buscando através de consulta a obras atualizadas de grandes autores.

De acordo a Severino, Antônio Joaquim:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (2010, p. 122).

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1 A Educação como Direito Fundamental no Brasil

No Brasil, a educação é considerada um direito fundamental, previsto na Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família. O Artigo 205 da Constituição afirma que a educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, à sua preparação para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Esse direito reflete o compromisso do Estado brasileiro em garantir condições para que todos os cidadãos tenham acesso a uma educação que lhes possibilite não apenas o aprendizado de conteúdo, mas também o desenvolvimento integral e o preparo para uma participação ativa na sociedade.

A educação como direito fundamental está alinhada aos princípios de igualdade e equidade, que buscam assegurar que cada indivíduo tenha as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE), atualizado periodicamente, é um instrumento fundamental para garantir o cumprimento das metas educacionais e assegurar que políticas públicas se orientem para a universalização do acesso à educação básica e para a melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 2014).

A educação em direitos humanos também é parte integrante do direito fundamental à educação. A educação em direitos humanos não apenas contribui para a formação crítica dos alunos, mas também para a construção de uma cultura de paz, promovendo o respeito, a tolerância e o diálogo no ambiente escolar. A educação como direito fundamental, portanto, vai além da simples transmissão de conhecimento e busca preparar os alunos para a cidadania ativa e a convivência pacífica em sociedade (CANDAU E RUSSO, 2010).

A garantia da educação como direito fundamental reflete um compromisso com o desenvolvimento social e humano no Brasil. Embora ainda existam desafios na sua efetivação, o aparato legal, incluindo a Constituição, a LDB e o PNE, estabelece bases sólidas para que

esse direito seja assegurado a todos os brasileiros, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Além disso, a LDB incentiva a integração entre família, escola e comunidade, reconhecendo que a educação é uma tarefa compartilhada. Esse aspecto fortalece a concepção de que a educação é um processo contínuo, que ultrapassa os limites da sala de aula e abrange a formação integral dos alunos como indivíduos e cidadãos. Nesse sentido, a LDB fomenta a criação de um ambiente escolar que valorize a diversidade e promova a educação para os direitos humanos, ampliando a visão de desenvolvimento integral e inclusão.

2.2 Projeto Político Pedagógico (PPP)

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento norteador essencial para a organização e gestão das práticas educativas em instituições de ensino. Ele expressa a identidade da escola, estabelecendo diretrizes, metas e ações que orientarão o trabalho pedagógico, com base em uma visão coletiva e participativa. O PPP é fundamentado no princípio de autonomia da escola e visa ao fortalecimento da comunidade escolar em torno de objetivos comuns, alinhados com a missão de promover uma educação inclusiva, democrática e de qualidade (VEIGA, 2002).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, o PPP é um requisito fundamental para o funcionamento das escolas, devendo ser elaborado com a participação de toda a comunidade escolar, incluindo gestores, professores, alunos, pais e funcionários. Essa participação é essencial para que o PPP reflita os valores e necessidades específicas de cada escola, garantindo que ele seja não apenas um documento formal, mas um instrumento de transformação pedagógica e social (BRASIL, 1996).

O PPP é composto por três dimensões interdependentes: a política, a pedagógica e a administrativa. A dimensão política reflete o compromisso da escola com a formação de cidadãos críticos e conscientes, promovendo a inclusão social e a igualdade de oportunidades. A dimensão pedagógica orienta as práticas de ensino, assegurando que a educação seja significativa e centrada no desenvolvimento integral dos alunos. Já a dimensão administrativa define os processos de gestão e recursos necessários para o funcionamento adequado da instituição, assegurando a organização e o suporte logístico (LIBÂNEO, 2002).

A elaboração do PPP envolve o diagnóstico da realidade da escola e a definição de prioridades, considerando o contexto socioeconômico e cultural dos alunos e da comunidade. VEIGA (2002) enfatiza que o PPP deve ser flexível e adaptável, permitindo revisões periódicas para que a escola responda de maneira efetiva às mudanças sociais e educacionais.

Assim, o PPP é um documento estratégico que vai além do planejamento pedagógico, sendo um instrumento de fortalecimento da identidade e da autonomia da escola. Ele contribui para o desenvolvimento de uma educação crítica e transformadora, capaz de responder aos desafios contemporâneos e de promover o desenvolvimento integral dos alunos.

2.3 Conceitos e importância do PPP na Educação

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento fundamental que orienta a organização e a execução das atividades pedagógicas dentro das instituições de ensino. Conceitualmente, o PPP é um documento que expressa a identidade da escola e articula os objetivos, metas e valores que norteiam o processo educativo, considerando o contexto sociocultural em que a escola está inserida. Ele é construído de forma coletiva, envolvendo gestores, professores, alunos, pais e a comunidade, o que fortalece o compromisso e a responsabilidade de todos os envolvidos com a educação de qualidade (VEIGA, 2002).

A importância do PPP na educação é destacada em diversos aspectos. Primeiramente, ele serve como guia para que a escola atinja suas metas educacionais e para que suas práticas estejam alinhadas com os princípios de inclusão, diversidade e respeito aos direitos humanos. Além disso, o PPP contribui para a autonomia da escola e permite que ela desenvolva um currículo que responda às necessidades e especificidades de sua comunidade. Ele promove uma educação contextualizada, que considera os desafios sociais e culturais dos estudantes e da região onde a escola está situada. Dessa forma, o PPP é mais do que um documento burocrático; é um instrumento de transformação pedagógica e social, que orienta o trabalho educativo para a formação integral dos alunos (PARO, 2016).

Foi analisado a Escola Estadual Pastor Paulo Nobre Nascimento, localizada à Avenida Indiana, Nº 0, Bairro UDR, na zona urbana, do município de Nanuque – MG. CEP – 39860-000, iniciou suas atividades em 02/04/1987. A Escola Estadual Pastor Paulo Nobre Nascimento oferece o Ensino Fundamental Regular, Atendimento Educacional Especializado, AEE, em sala de recurso (PPP, 2022, p. 2).

2.4 PPP como ferramenta para a promoção dos direitos humanos e cidadania

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma ferramenta estratégica na educação para a promoção dos direitos humanos e o fortalecimento da cidadania. Sua concepção fundamenta-se na criação de uma escola democrática e inclusiva, comprometida com a formação integral do aluno e com a construção de uma sociedade mais justa. O PPP reflete o compromisso da instituição com os princípios da igualdade, do respeito e da dignidade humana, contribuindo

para o desenvolvimento de uma cultura escolar baseada na tolerância e no reconhecimento dos direitos de todos os membros da comunidade (GADOTTI, 2000).

Para que o PPP seja uma ferramenta efetiva na promoção dos direitos humanos, é fundamental que ele inclua uma abordagem pedagógica voltada para o desenvolvimento de competências sociais e emocionais. Essa abordagem contribui para a criação de uma cultura escolar inclusiva, que encoraja a empatia, o diálogo e a resolução pacífica de conflitos. O PPP permite a estruturação de práticas que valorizam a participação de todos os envolvidos no processo educativo, criando um ambiente de respeito mútuo e cooperação (LIBÂNEO, 2002),

Além disso, o PPP desempenha um papel crucial na formação da cidadania, ao proporcionar aos estudantes o conhecimento e a compreensão dos direitos humanos e dos princípios democráticos. Esse conhecimento permite que os alunos se reconheçam como agentes de mudança social, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa. A participação ativa dos alunos, professores, famílias e comunidade na construção do PPP fortalece o sentido de pertencimento e responsabilidade, elementos fundamentais para a consolidação de uma cultura de cidadania e de direitos humanos na escola (SANTOS, 2010).

O PPP também tem um papel importante na prevenção do bullying e da violência escolar, pois promove o desenvolvimento de valores que desestimulam atitudes de desrespeito e discriminação. Russo (2015) destacam que, ao inserir os direitos humanos como princípio orientador do projeto pedagógico, a escola cria um espaço seguro e acolhedor, onde as diferenças são valorizadas e os conflitos são abordados de maneira educativa. O trabalho reforça essa ideia ao discutir como a educação em direitos humanos pode ser implementada na prática pedagógica (MORRONE, 2015).

2.5 Educação em Direitos Humanos

A educação em direitos humanos é um campo educacional que visa promover o conhecimento, o respeito e a prática dos direitos humanos no cotidiano das instituições de ensino e da sociedade em geral. Trata-se de uma abordagem educativa que busca não apenas transmitir informações sobre os direitos humanos, mas também desenvolver valores e atitudes que favoreçam a convivência pacífica, a justiça social e a cidadania ativa (SANTOS, 2010).

Esse tipo de educação é fundamentado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que estabelece a educação como um direito básico e essencial para o exercício pleno da cidadania. A educação em direitos humanos é reconhecida como um instrumento poderoso para a prevenção de conflitos, a promoção da paz e a construção de sociedades mais justas e equitativas. Por meio dessa abordagem, os educadores são incentivados a trabalhar em um

ambiente de respeito, onde todos os alunos se sintam seguros e valorizados, independentemente de suas origens, crenças ou características pessoais (PEREIRA, 2012).

A educação em direitos humanos também é um meio eficaz para prevenir o bullying e a violência nas escolas. Ao fomentar o respeito às diferenças e a empatia entre os alunos, essa abordagem ajuda a criar um ambiente escolar mais seguro e harmonioso. A educação em direitos humanos é fundamental para o desenvolvimento de uma cultura de paz, que valoriza a diversidade e busca soluções não violentas para os conflitos (RUSSO, 2010).

Dessa forma, a educação em direitos humanos é essencial para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, capazes de atuar de maneira crítica e participativa na sociedade. Ela contribui para a construção de um futuro mais justo e igualitário, onde os direitos de todos são respeitados e promovidos.

3 BULLYING NO CONTEXTO ESCOLAR

O bullying no contexto escolar é uma problemática que tem ganhado destaque nas discussões sobre saúde mental e bem-estar dos estudantes. Ele é caracterizado por comportamentos agressivos, intencionais e repetitivos, que ocorrem em um contexto de desigualdade de poder entre os alunos. As vítimas de bullying podem enfrentar uma série de consequências negativas, tanto em termos emocionais quanto acadêmicos, resultando em problemas de autoestima, ansiedade, depressão e até mesmo evasão escolar (OLWEUS, 1993; RIGBY, 2002).

As formas de bullying são diversas e podem incluir agressões físicas, verbais, sociais e cyberbullying. A agressão física envolve ataques diretos ao corpo da vítima, enquanto a agressão verbal abrange insultos, ameaças e humilhações. O bullying social refere-se a comportamentos que excluem ou isolam a vítima do grupo, enquanto o cyberbullying acontece através de plataformas digitais, onde a agressão é realizada por meio de mensagens, redes sociais e outros meios eletrônicos (SMITH ET AL., 2008; KOWALSKI ET AL., 2014).

O ambiente escolar é um espaço propício para o desenvolvimento do bullying, uma vez que as interações sociais são intensas e complexas. A escola, por sua natureza, deve ser um espaço seguro e acolhedor, onde todos os alunos possam se desenvolver plenamente. No entanto, a presença do bullying compromete essa atmosfera, afetando não apenas as vítimas, mas também os agressores e os demais alunos que presenciam ou não intervêm. A presença de um clima escolar negativo pode levar à diminuição do desempenho acadêmico, ao surgimento de problemas de saúde mental (NANSEL ET AL., 2001).

Para enfrentar o bullying, é fundamental que as escolas adotem políticas e práticas que promovam um ambiente seguro e inclusivo. Isso inclui a criação de programas de prevenção que envolvam toda a comunidade escolar alunos, professores, pais e funcionários. A educação em direitos humanos pode desempenhar um papel crucial nesse contexto, promovendo valores de respeito, empatia e solidariedade, além de desenvolver a habilidade de resolução pacífica de conflitos (GADOTTI, 2000; CANDAU & RUSSO, 2010).

As escolas devem também ter protocolos claros para a identificação e manejo de casos de bullying. A formação de educadores para reconhecer os sinais de bullying e intervir de maneira eficaz é essencial. Além disso, é importante que as vítimas se sintam seguras para relatar as situações de violência e que haja um suporte psicológico disponível para todos os envolvidos (SMITH ET AL., 2007).

4 CONSEQUÊNCIAS DO BULLYING PARA A SAÚDE MENTAL E O DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ALUNOS

As consequências do bullying não se limitam apenas à saúde mental, elas também se estendem ao desempenho acadêmico. Vítimas de bullying frequentemente enfrentam dificuldades de concentração e engajamento nas atividades escolares, resultando em notas mais baixas e maior taxa de desinteresse. Estudos mostram que crianças que são vítimas de bullying têm maior probabilidade de relatar problemas escolares e têm desempenho acadêmico inferior em comparação com seus, essa queda no desempenho pode ser atribuída, em parte, ao estresse e à ansiedade provocados pela experiência de bullying, que consomem energia mental e emocional que poderia ser direcionada para o aprendizado (WANG ET AL., 2010).

Além disso, o bullying pode levar a um aumento do medo e da insegurança no ambiente escolar, o que pode desestimular a participação dos alunos em atividades extracurriculares ou sociais, limitando suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e social. Em um ambiente onde o bullying é prevalente, a qualidade da educação é prejudicada, não apenas para as vítimas, mas para toda a comunidade escolar, uma vez que a presença de bullying pode afetar o clima escolar e a motivação dos alunos em geral (RIGBY, 2002).

Portanto, as consequências do bullying são profundas e podem ter efeitos duradouros na saúde mental e no desempenho acadêmico dos alunos. A criação de um ambiente escolar seguro e inclusivo é essencial para mitigar esses efeitos e promover o bem-estar dos alunos. Isso requer a implementação de políticas efetivas de prevenção ao bullying, além de programas de apoio psicológico para aqueles que foram afetados.

5 A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO AO BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR

A prevenção ao bullying no ambiente escolar é uma questão de grande relevância, pois esse fenômeno pode ter consequências profundas e duradouras para a saúde emocional e o desenvolvimento acadêmico dos alunos. O bullying, definido como comportamentos agressivos e intencionais, repetidos ao longo do tempo, que visam causar dor ou angústia a uma vítima, afeta não apenas aqueles que são diretamente atacados, mas também a comunidade escolar como um todo (OLWEUS, 1993).

Um ambiente escolar seguro e acolhedor é fundamental para o desenvolvimento integral dos alunos. Estudos indicam que a presença de bullying pode resultar em um clima escolar negativo, prejudicando a capacidade de aprendizado e a motivação dos alunos. Portanto, a implementação de medidas preventivas é crucial para criar um espaço onde todos os alunos possam se sentir protegidos e respeitados (HAWKINS ET AL., 2001).

A prevenção ao bullying deve começar com a conscientização. A educação de alunos, professores e pais sobre o que é o bullying, como identificá-lo e suas consequências é o primeiro passo importante. Programas de prevenção bem estruturados incluem campanhas de sensibilização e treinamentos para educadores, que os capacitam a detectar sinais de bullying e a intervir de maneira eficaz. A formação de grupos de apoio e a promoção de atividades que incentivem a empatia e a solidariedade entre os alunos são estratégias que podem ajudar a construir uma cultura escolar que não tolera comportamentos agressivos (GARRITY ET AL., 2000).

Além disso, a participação da comunidade escolar como um todo é essencial para o sucesso de qualquer iniciativa de prevenção. Isso implica que a escola deve trabalhar em colaboração com as famílias e a comunidade, promovendo eventos e discussões sobre a importância do respeito e da inclusão. Quando todos se envolvem na luta contra o bullying, a mensagem se fortalece e a cultura de respeito se torna uma prioridade coletiva (SOUZA ET AL., 2000).

6 BULLYING E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

O bullying é um fenômeno social que afeta a vida escolar de muitos alunos, resultando em consequências graves tanto para as vítimas quanto para os agressores. Diante dessa realidade, é essencial que as escolas desenvolvam estratégias que não apenas reconheçam, mas também abordem o bullying de forma eficaz. O Projeto Político Pedagógico (PPP) surge como

um documento estratégico que pode direcionar as ações educativas de forma a criar um ambiente escolar seguro e acolhedor.

O PPP é um instrumento que sistematiza as intenções educacionais da escola, servindo como um guia para a implementação de práticas pedagógicas e gestão escolar. Uma das suas funções primordiais é promover a formação integral dos alunos, o que inclui a educação para a cidadania e o respeito às diferenças. Para que o PPP seja efetivo no combate ao bullying, ele deve incluir diretrizes claras sobre a prevenção e o enfrentamento desse tipo de violência.

Uma das maneiras pelas quais o PPP pode abordar o bullying é através da promoção de uma cultura de respeito e empatia. O documento deve prever ações educativas que incentivem a convivência harmoniosa entre os alunos, enfatizando a importância da inclusão e do respeito às diversidades. Programas de formação para professores e funcionários da escola são fundamentais, pois capacitam a equipe a identificar e intervir em situações de bullying, promovendo um ambiente escolar mais seguro (SANTOS, 2010).

Além disso, o PPP deve estabelecer um sistema de acompanhamento e acolhimento para as vítimas de bullying, garantindo que elas tenham apoio emocional e recursos adequados para lidar com a situação. A criação de espaços de diálogo, como rodas de conversa e grupos de apoio, pode ser uma estratégia eficaz para promover a reflexão sobre as consequências do bullying e a importância da solidariedade entre os alunos (GARRITY ET AL., 2000).

Outro aspecto importante é a participação da comunidade escolar no combate ao bullying. O PPP deve incluir a família e a comunidade nas discussões sobre o tema, promovendo eventos e campanhas que reforcem a importância do respeito e da empatia. Quando a escola, a família e a comunidade trabalham em conjunto, a mensagem contra o bullying se torna mais forte e impactante (SILVA ET AL., 2001).

Por fim, a avaliação e o monitoramento das ações propostas no PPP são essenciais para garantir que as estratégias de prevenção ao bullying sejam efetivas. A coleta de dados sobre a incidência de bullying e a satisfação da comunidade escolar com as medidas adotadas pode ajudar a ajustar as ações e garantir que o ambiente escolar seja verdadeiramente seguro e acolhedor para todos os alunos.

Em suma, o Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta fundamental para a prevenção e o enfrentamento do bullying nas escolas. Ao incorporar ações que promovam a cultura de respeito, empatia e diálogo, o PPP contribui para a formação de um ambiente escolar mais saudável, onde todos os alunos possam desenvolver seu potencial sem medo de violência ou discriminação.

7 ANALISES

7.1 Caracterização da Escola: Escola Estadual Pastor Paulo Nobre Nascimento

A escola que o PPP foi analisado foi a Escola Estadual Pastor Paulo Nobre Nascimento, localizada à Avenida Indiana, Nº 0, Bairro UDR, na zona urbana, do município de Nanuque – MG. CEP – 39860-000, iniciou suas atividades em 02/04/1987. A Escola Estadual Pastor Paulo Nobre Nascimento oferece o Ensino Fundamental Regular, Atendimento Educacional Especializado, AEE, em sala de recurso (PPP, 2022, p. 2).

No ano de 2021, a Escola Estadual Pastor Paulo Nobre Nascimento foi contemplada com o Prêmio Escola Transformação 2ª e 3ª edições em reconhecimento às práticas e experiências exitosas no processo de melhoria da qualidade da educação. Com os recursos do prêmio estão sendo implementados os projetos pedagógicos diversificados que irão ajudar no desenvolvimento dos alunos, em conformidade com o “Portfólio de Projetos Pedagógicos” disponibilizado pela SEE/MG sendo eles: Oficinas de Rádio e Podcast. Aprendizagem Além dos muros com Visitas a museus, cinemas, circos e diferentes espaços educadores, equipar Fanfarra, Grafite/Pintura no Muro e Concurso de Desenho são alguns dos sonhos da comunidade escolar que a premiação está realizando no corrente ano de 2022 (PPP, 2022, p. 7).

A Escola Estadual Pastor Paulo Nobre Nascimento busca se integrar nesse mundo, o que não é fácil numa comunidade carente de recursos. A escola atende alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e apresenta situações como evasão escolar, distorção idade-série, sala com alunos em níveis diferentes de aprendizagem, alunos especiais, falta de participação dos pais, alunos de zona rural que dependem de transporte escolar em estradas não pavimentadas (PPP, 2022, p. 9).

7.2 Pontos relevantes e Pontos frágeis do PPP

O Projeto Político Pedagógico (PPP) apresenta um compromisso claro com a promoção da educação em direitos humanos, incorporando valores fundamentais como respeito, justiça e solidariedade. Esse compromisso se reflete em práticas que buscam estabelecer uma cultura de paz na escola, por meio da criação de normas de convivência democrática e práticas de acolhimento, essenciais para garantir um ambiente seguro e inclusivo. Além disso, o PPP adota estratégias de prevenção ao bullying, promovendo o desenvolvimento de habilidades socioemocionais nos alunos. Ao valorizar competências como empatia, autocuidado e comunicação, o documento busca proporcionar aos estudantes as ferramentas necessárias para

desenvolver comportamentos assertivos e respeito mútuo, criando um ambiente menos propenso a conflitos e discriminação.

O envolvimento da comunidade e das famílias no processo educacional é outra característica importante do PPP, que reconhece a relevância do engajamento social na educação. Ao fomentar a colaboração entre a escola e a comunidade local, o PPP reforça a responsabilidade compartilhada pela formação dos alunos, promovendo um forte senso de pertencimento e integração. A inclusão e o respeito à diversidade são também pilares desse projeto, com diretrizes que garantem o apoio a alunos com necessidades especiais, além de atividades pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de uma educação inclusiva, que respeite as diferenças e ofereça igualdade de oportunidades.

No que diz respeito ao protagonismo juvenil, o PPP incentiva a participação ativa dos alunos em processos decisórios, por meio de projetos como conselhos estudantis e outras formas de representação estudantil. Isso contribui para o desenvolvimento da responsabilidade e do engajamento dos alunos com a comunidade escolar, fortalecendo sua capacidade de se envolver de maneira crítica e construtiva no ambiente educacional.

Entretanto, o PPP apresenta alguns pontos frágeis que precisam ser considerados para garantir sua implementação plena e eficaz. A falta de recursos financeiros e a estrutura limitada da escola são desafios significativos, que podem comprometer a execução de algumas das iniciativas propostas, como o acesso a materiais pedagógicos adequados, tecnologia e atividades extracurriculares. Esses desafios restringem o alcance de práticas inclusivas e culturais essenciais para o desenvolvimento dos alunos.

Outro ponto crítico é a ausência de mecanismos específicos de avaliação e monitoramento das iniciativas relacionadas à educação em direitos humanos e à prevenção do bullying. A falta de uma avaliação clara e sistemática dificulta a medição da eficácia das ações implementadas, o que prejudica a capacidade de realizar ajustes e aprimoramentos nas estratégias adotadas. Além disso, embora o PPP mencione a importância da formação docente, a capacitação dos professores em temas como direitos humanos e mediação de conflitos precisa ser mais detalhada. A formação contínua é fundamental para que os educadores possam atuar de forma eficaz em situações de bullying e discriminação, e essa área poderia ser mais bem fortalecida no documento.

Por fim, a participação de parceiros externos, como ONGs, universidades e outras entidades, poderia ser ampliada. Essas parcerias são essenciais para enriquecer as atividades pedagógicas e proporcionar experiências diversificadas para os alunos, além de fortalecer a atuação da escola em prol da educação em direitos humanos. Outro aspecto que requer mais

atenção é a intervenção pedagógica para alunos com dificuldades de aprendizagem. O PPP menciona a necessidade de intervenções, mas carece de detalhes sobre os métodos e ferramentas que serão utilizados, o que poderia ser mais bem estruturado para oferecer um suporte individualizado e eficaz para esses alunos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Pastor Paulo Nobre Nascimento revela uma proposta educativa profundamente comprometida com a formação integral dos alunos, fundamentada na promoção dos direitos humanos e na construção de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo. Esse PPP incorpora princípios essenciais para a convivência democrática, como respeito à diversidade, justiça social, solidariedade e o estímulo ao protagonismo juvenil. Tais elementos são refletidos nas diretrizes de convivência e acolhimento, que visam não apenas à instrução acadêmica, mas também ao desenvolvimento ético e emocional dos estudantes.

A abordagem do PPP em relação à prevenção ao bullying é uma de suas características mais relevantes. O documento enfatiza práticas preventivas e de intervenção, que incluem o fortalecimento de habilidades socioemocionais e a valorização da cultura de paz, promovendo um ambiente em que os alunos são incentivados a expressar suas emoções de forma saudável, a resolver conflitos pacificamente e a respeitar as diferenças. O desenvolvimento dessas competências contribui para a criação de uma comunidade escolar em que o bullying e outros comportamentos agressivos são menos propensos a ocorrer, reforçando a segurança e o bem-estar emocional dos estudantes.

Outro ponto forte do PPP é o foco na integração entre a escola, a família e a comunidade. Ao engajar as famílias e promover a participação ativa dos pais e responsáveis no processo educacional, o PPP fomenta uma rede de apoio e co-responsabilidade pela formação dos alunos. Esse envolvimento é crucial para que valores de convivência e respeito sejam internalizados e praticados tanto dentro quanto fora da escola, ampliando o alcance da educação em direitos humanos e criando uma comunidade escolar que valoriza a inclusão e o respeito mútuo.

Apesar desses pontos fortes, o PPP também enfrenta desafios que limitam a plena realização de suas propostas. A escola menciona a escassez de recursos materiais e estruturais como uma barreira para implementar diversas iniciativas pedagógicas e culturais, o que afeta diretamente a capacidade de desenvolver atividades extracurriculares e de investir em tecnologia educacional. Esses recursos são fundamentais para expandir o aprendizado e oferecer uma educação mais inclusiva e atraente para todos os alunos. Além disso, a falta de um sistema de avaliação específico para as práticas de prevenção ao bullying e promoção dos direitos humanos torna difícil mensurar o impacto dessas ações e ajustar as práticas pedagógicas conforme necessário.

Outro aspecto a ser aprimorado é a capacitação contínua dos professores, especialmente no que diz respeito a mediação de conflitos, educação em direitos humanos e metodologias inclusivas. A formação docente desempenha um papel essencial na implementação de políticas escolares voltadas para a convivência pacífica e a inclusão. Sem um programa de capacitação sólido e contínuo, as práticas de mediação de conflitos e de prevenção ao bullying podem perder sua eficácia, limitando o alcance da proposta de uma educação que valorize a cidadania e os direitos humanos.

Para fortalecer os objetivos do PPP e superar essas limitações, algumas recomendações são essenciais. A busca por parcerias com ONGs, universidades e outras instituições pode fornecer recursos adicionais e enriquecer o conteúdo pedagógico, ampliando as possibilidades de atividades culturais e sociais que incentivem a compreensão e o respeito pelas diferenças. Além disso, a implementação de um sistema de avaliação específico para monitorar as práticas de combate ao bullying e de educação em direitos humanos permitiria uma análise mais precisa do impacto dessas iniciativas, facilitando a identificação de áreas de melhoria e o ajuste das estratégias.

Em suma, o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Pastor Paulo Nobre Nascimento é um documento sólido, bem fundamentado e que expressa uma visão progressista de educação, pautada na formação de cidadãos conscientes, éticos e comprometidos com a convivência pacífica e o respeito aos direitos humanos. A proposta de fortalecimento dos vínculos entre a escola, a comunidade e a família, assim como o enfoque na inclusão e no desenvolvimento socioemocional dos alunos, são aspectos que contribuem para um ambiente escolar seguro, acolhedor e inclusivo. Com o aprimoramento dos recursos, uma formação docente mais estruturada e uma avaliação contínua das práticas pedagógicas, o PPP tem o potencial de se tornar um modelo ainda mais efetivo de educação inclusiva, capaz de formar estudantes preparados para enfrentar os desafios do convívio social de maneira ética, respeitosa e colaborativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5917-182-8. DOI 10.22350/9786559171828. Disponível em: <http://www.editorafi.org.https://www.ped.ufv.br/wp-content/uploads/2021/06/182-Ensino-antirracista-na-Educac%CC%A7a%CC%83o-Ba%CC%81sica.pdf>

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por> Acesso em: 29 set. 2024.

PANTA, M.; SILVA, M. N. DA. Os impactos do racismo na trajetória de estudantes do ensino médio: experiências e percepções de negros e brancos. *Sociologias*, v. 26, p. e-soc130382, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/Gbmtqq3YrxkZpFvjVrv4zXB/>

PEREIRA, A. C. R.; GUIMARÃES, Á. M. DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS: O QUE PENSAM OS PROFESSORES?. *Educação em Revista*, v. 37, p. e234221, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/VFH93pZKjJWQVhqFC8tHWsN/?lang=pt>

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Carta Magna. Disponível em: https://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/Normas_Direitos_Humanos/MAGNA%20CARTA%20-%20PORTUGU%C3%8AS.pdf. Acesso em: 29 set. 2024.

ROSEMBERG, F.; BAZILLI, C.; SILVA, P. V. B. DA. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 125–146, jan. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Dw9cqwCczcddHVZjv3TnYgt/>

SILVA, Jonatas; DA SILVA LIMA-PAYAYÁ, Jamille. Mawon: Reflexões sobre os 20 anos da Lei 10.639/03 e os Desafios das Pluriepistemologias na Educação Antirracista no Brasil. *Revista Anômalas*, v. 3, n. 2, p. 67-75, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/ra/article/view/74648>

SILVA, M. A. B. DA. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. *Educação e Pesquisa*, v. 47, p. e226218, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/nhjpTjF8ftjZCYcBBPNqQmQ/>

SILVA, P. V. B. DA.; TEIXEIRA, R.; PACIFICO, T. M. Políticas de promoção de igualdade racial e programas de distribuição de livros didáticos. *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 1, p. 127–143, jan. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/NqFDpd4xQpgQLptjZKMZnCk/?lang=pt>, Jamille. Mawon: Reflexões sobre os 20 anos da Lei 10.639/03 e os Desafios das Pluriepistemologias na Educação Antirracista no Brasil. *Revista Anômalas*, v. 3, n. 2, p. 67-75, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/ra/article/view/74648>

SILVA, M. A. B. DA. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. *Educação e Pesquisa*, v. 47, p. e226218, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/nhjpTjF8ftjZCYcBBPNqQmQ/>

SILVA, P. V. B. DA.; TEIXEIRA, R.; PACIFICO, T. M. Políticas de promoção de igualdade racial e programas de distribuição de livros didáticos. *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 1, p. 127–143, jan. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/NqFDpd4xQpgQLptjZKMZnCk/?lang=pt>



UEVIM